



Prefeitura Municipal de Vigia de Nazaré

Coordenação de Controle Interno

Praça da Independência s/nº - Centro - CEP: 68.780-000 - CNPJ.: 05.351.606/0001-95

PARECER

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2018-010 PMVN PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 010/2018 ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20180109

Em atenção à determinação contida no §1º, do art.11, da Resolução 11.535/TCM, de 01 de julho de 2014, este Controle Interno DECLARA, para todos os fins de direito, junto ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, que analisou integralmente os autos do Processo Licitatório Nº 9/2018-010 PMVN, referente ao Procedimento Licitatório PREGÃO ELETRÔNICO – SRP Nº 010/2018, ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20180109 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO FUTURA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA DESTINADOS A ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDOS MUNICIPAIS DA PREFEITURA DE VIGIA DE NAZARÉ-PA, assistido pela Prefeitura Municipal de Vigia de Nazaré - Pará, ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE VIGIA DE NAZARÉ – PMVN, CNPJ nº 05.351.606/0001-95, representado neste ato pela Exma. Prefeita Municipal Sra. CAMILLE MACEDO PAIVA DE VASCONCELOS e com o DETENTORE DA ATA: I. M. LUDWIG, inscrita no CNPJ nº 16.443.322/0001-45, representado neste ato pelo Sra. SANDRA REGINA LUDWING BARROS, valor de R\$ 1.802.251,77 (um milhão, oitocentos e dois mil, duzentos cinquenta e um reais, e setenta e sete centavos), a presente ata terá validade de 12 (doze) meses contados a partir da sua assinatura 06 de Junho de 2018, com base nas regras insculpidas pela Lei Federal nº 8.666/93 – Art. 38 e o Decreto Federal nº 5.450/2005 – Art. 30, IX, e demais instrumentos legais correlatos. E, declara ainda, que o Processo Licitatório encontra-se Revestido de todas as formalidades legais, nas fases interna, habilitação, julgamento, publicidade e contratação, estando apto a gerar despesas para a Municipalidade.

Salvo melhor juízo, esta Coordenadoria de Controle Interno entende que o Processo Licitatório supramencionado encontra-se em ordem, podendo a Administração Pública dar sequência a realização e execução das referidas despesas e, por fim, Declara estar ciente de que as informações aqui prestadas estão sujeitas a comprovação por todos os meios legais admitidos, sob pena de Crime de Responsabilidade e comunicação ao Ministério Público Estadual, para as providências de alçada.

Vigia de Nazaré, 07 de Junho de 2018.